

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

REQUERIMENTO Nº , DE 2018
(do Sr. Luiz Couto)

Requer a realização de audiência pública para debater a implementação do Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Requeiro a realização de audiência pública para debater a implementação do Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, com os seguintes convidados sugeridos:

- Representante do Ministério Público Federal;
- Representante do Ministério dos Direitos Humanos;
- Representante do Ministério do Desenvolvimento Social;
- Dois representantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR);
- Marco Antonio Carvalho Natalino, pesquisador do IPEA autor de estudo sobre a população em situação de rua no Brasil;
- Representante da CÁRITAS Brasileira Regional Nordeste 3, responsável pela elaboração de Infocentro sobre políticas para a população em situação de rua.

JUSTIFICATIVA

A Constituição de 1988 abraça como um dos seus fundamentos basilares a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) e elege como um dos seus principais objetivos republicanos a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III). Destes dois princípios pode-se extrair uma gama de direitos que são imprescindíveis para uma existência digna, dentre os quais os da saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda.

Foi no sentido de reverter o quadro de vulnerabilidade das pessoas mais necessitadas que, em 2009, o Executivo federal editou o Decreto nº 7.053, instituindo a Política Nacional para a População em Situação de Rua, estabelecendo os mecanismos de integração do Poder Público e da sociedade civil para promoção dos direitos desse grupo populacional.

As pessoas em situação de rua não desejam ser vistas com compaixão por alguns, ou com preconceito e indiferença por outros. São cidadãos que devem participar da construção de políticas públicas para a falta de acesso a direitos, ao lado de gestores e pesquisadores. A audiência pública

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

objetiva debater o que se fez nos últimos nove anos para implementar o Decreto, identificando desafios e buscando soluções.

Por essas razões, peço apoio dos nobres para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em de abril de 2018.

Deputado LUIZ COUTO
PT/PB